

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas e trinta minutos, na cidade de Socorro, Estado de São Paulo, na Sala das Reuniões da Câmara Municipal, realizou-se a reunião das Comissões de Justiça e Redação, de Finanças e Orçamento e de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social. Em atendimento ao art. 89, do Regimento Interno da Câmara Municipal, os trabalhos da reunião conjunta foram presididos pelo Vereador Lauro Aparecido de Toledo, tendo sido designado relator o vereador Tiago de Faria. Compareceram os seguintes vereadores: Lauro Aparecido de Toledo, Tiago de Faria, Willhams Pereira de Moraes, Marco Antonio Zanesco e Thiago Bittencourt Balderi. Foi distribuído para apreciação dessas comissões o Projeto de Lei nº 56/2024, que dispõe sobre o fornecimento de uniforme escolar para os alunos da Rede Pública Municipal de Ensino de Socorro. O relator, vereador Tiago de Faria, no exercício de suas atribuições, apresentou o seguinte parecer e voto: "Sou favorável à normal tramitação da matéria tendo em vista que a mesma tem por objetivo disponibilizar uniforme escolar para alunos da rede pública municipal de ensino de Socorro, que considero de extrema importância pois, além de padronizar a vestimenta dos alunos, dará oportunidades iguais para todos e principalmente para os alunos que tenham dificuldade em adquirir o uniforme. À vista do exposto, sou favorável à presente matéria". Os vereadores acataram o parecer do relator. Em seguida, foi distribuído para apreciação dessas comissões o Projeto de Lei nº 57/2024, que concede isenção de IPTU para pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista), e dá outras providências e Emenda nº 31/2024. O relator, vereador Tiago de Faria, no exercício de suas atribuições, apresentou o seguinte parecer e voto: "Sou favorável à normal tramitação da matéria tendo em vista que a mesma tem por objetivo conceder isenção de IPTU para pessoas com TEA - Transtorno Espectro Autista, e que a mesma pretende atingir, igualmente, as pessoas que o cercam e que com ele convivem no mesmo círculo atingido pelo sofrimento derivado do acompanhamento e da dedicação. Também sou favorável a referida emenda, tendo em vista que a mesma tem por objetivo a melhor adequação ao projeto de lei. À vista do exposto, sou favorável à presente matéria". Os vereadores acataram o parecer do relator. Em seguida, foi distribuído para apreciação dessas comissões o Projeto de Lei nº 96/2024, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação pública da relação de pacientes em espera para consultas de especialidades, procedimentos de diagnóstico e cirurgias na Rede Pública de Saúde do município e dá outras providências. O relator, vereador Tiago de Faria, no exercício de suas atribuições, apresentou o seguinte parecer e voto: "Sou favorável à normal tramitação da matéria tendo em vista que a divulgação pública da lista de espera para consultas de especialidades, procedimentos de diagnóstico e cirurgias na Rede Pública de Saúde do município visa promover a transparência administrativa. Ao disponibilizar essas informações de forma acessível, os cidadãos têm a oportunidade de acompanhar o status de seus pedidos e entender a ordem de prioridade estabelecida, garantindo assim um maior controle social sobre o funcionamento do sistema de saúde municipal. À vista do exposto,

sou favorável à presente matéria". Os vereadores acataram o parecer do relator. Em seguida, foi distribuído para apreciação dessas comissões o Projeto de Lei nº 103/2024, que institui no Município de Socorro o sistema de auxílio para Tratamento Fora do Domicílio (TFD) e dá outras providências. O relator, vereador Tiago de Faria, no exercício de suas atribuições, apresentou o seguinte parecer e voto: "Sou favorável à normal tramitação da matéria tendo em vista que a presente proposta de lei tem como objetivo instituir um sistema de auxílio financeiro municipal para Tratamento Fora do Domicílio (TFD), destinado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Socorro. Esta medida visa garantir o acesso adequado a tratamentos médicos especializados não disponíveis no município, assegurando que os pacientes recebam o atendimento necessário para a preservação de sua saúde e bem-estar. À vista do exposto, sou favorável à presente matéria". Os vereadores acataram o parecer do relator. Em seguida, foi distribuído para apreciação dessas comissões o Projeto de Lei nº 144/2024, que dispõe sobre a proibição de comercialização e consumo de bebidas alcoólicas em apresentações culturais destinadas ao público infantil no município de Socorro/SP e dá outras providências. Após análise os vereadores resolveram encaminhar um Ofício ao Conselho Municipal de Cultura com o seguinte teor: "Venho, por meio deste, solicitar que seja encaminhada cópia do Projeto de Lei nº 144/2024, que dispõe sobre a proibição de comercialização e consumo de bebidas alcoólicas em apresentações culturais destinadas ao público infantil no município de Socorro/SP e dá outras providências (cópia em anexo), ao COMUPC - Conselho Municipal de Políticas Culturais para que emita parecer quanto ao referido projeto. No aguardo, apresento protesto de elevada estima e distinta consideração.

Nada mais havendo a tratar a reunião foi dada por encerrada. Para constar, eu, Daniela Comito Mendes, Assistente Técnica Legislativa, lavrei a presente Ata que assino. a)

Sala dos Vereadores, 30 de setembro de 2024.

Lauro Aparecido de Toledo
Presidente das Comissões de Justiça e Redação

Tiago de Faria
Relator da Comissão de Justiça e Redação,
Presidente das Comissões de Finanças e Orçamento e
de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social

Willhams Pereira de Moraes
Vice-Presidente das Comissões de Justiça e Redação e de
Finanças e Orçamento

Marco Antonio Zanesco
Membro das Comissões de Finanças e Orçamento e de
Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social

Thiago Bittencourt Balderi
Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Saúde e
Assistência Social